

FHC: finalmente o plano.

MINISTRO FAZ ANÚNCIO AMANHÃ E FALA EM INFLAÇÃO DE 3 A 4% NO SEGUNDO SEMESTRE DE 94

O ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, fará amanhã um pronunciamento em cadeia de rádio e televisão para apresentar o plano de estabilização que, na sua avaliação, já tem o apoio dos empresários. Ele está otimista quanto aos resultados das medidas, tendo garantido no final de semana que a inflação cairá em quatro ou cinco meses e no segundo semestre do próximo ano estará "no máximo" entre 3% e 4% ao mês. O ponto básico do que vai ser divulgado, segundo ele, é a forma encontrada para zerar o déficit do Orçamento. Deverá ser proposto um corte nas despesas da ordem de US\$ 22,1 bilhões para o Orçamento de 1994, atingindo principalmente custeio e investimentos.

Boa parte das medidas estão sendo discutidas há várias semanas e já foram até divulgadas, como o novo indexador de preços, a Unidade de Referência (UR) (veja matéria ao lado). Entre as propostas está a de aumento das alíquotas de impostos federais, de pessoas físicas e jurídicas, para financiar despesas do governo na área social. No entanto, ao falar para empresários na abertura da Feira

Só falta emenda

META: BLOQUEAR 15%.

da Micro e Pequena Empresa, sábado, em São Paulo, ele a considerou "negociável". "Se o Congresso conseguir cortar mais US\$ 4 bilhões do orçamento, isso não será necessário."

No final de semana, FHC também confirmou que precisa de apenas uma emenda constitucional para colocar o plano em funcionamento. Essa emenda é a que trata da redução das transferências constitucionais de recursos para Estados e municípios e todas as demais vinculações orçamentárias. Entre elas os 18% de receitas que devem ser gastos obrigatoriamente com a área de educação. O que se pretende é o bloqueio de 15% dessas transferências. Para FHC não haverá prejuízos para Estados e municípios pois a previsão é de aumento de 15% da receita em 1994. "A arrecadação está subindo, em novembro cresceu US\$ 900 milhões sobre o mesmo período de 1992, chegando a US\$ 4,3 bilhões. A previsão do governo era de US\$ 4 bilhões", afirmou o ministro.

Dessa emenda depende um outro projeto que será divulgado amanhã, a criação de reserva social de emergência. Ela vai financiar programas sociais e vai vigorar pelo menos dois anos,

com previsão de arrecadação de US\$ 16 bilhões ao ano. Além dos 15% provenientes da União - e consequentemente do bloqueio das transferências constitucionais - a reserva social também contaria com os 5% que seriam aumentados em todas as alíquotas de impostos federais.

"Em 1994 o governo só vai rolar dívidas passadas, com re-

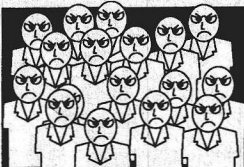
Sem emitir títulos

ESTATAL SOB CONTROLE

curso fiscal", ressaltou Fernando Henrique. Entre as medidas que serão anunciadas amanhã está a proposta de modificações na Lei de Diretrizes Orçamentárias, que tem o objetivo de impedir que o governo emita títulos públicos para financiar suas despesas. Caso essa medida seja aprovada pelo Congresso, o governo estará proibido de contrair novas dívidas.

As estatais, pelo novo plano, também terão seus gastos contidos e serão obrigadas a cortar gastos com salários e limitar seu endividamento. Fernando Henrique reiterou que não haverá mudanças na política salarial e nos aluguéis. Segundo ele, o governo vai pagar a reposição integral plena aos servidores públicos em janeiro, como prevê a lei.

O ministro acredita que o Congresso deverá aprovar o plano, mesmo diante da atual crise política. "O Congresso funciona sob pressão e, quando precisa tomar uma decisão, entra em sintonia com o País."

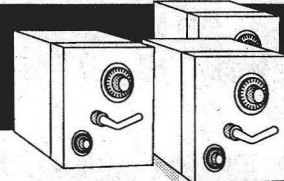


Onde o governo vai buscar dinheiro

Decidido a zerar seu déficit e garantir a paulada contra a inflação, o ajuste fiscal do governo recorre, como sempre, aos contribuintes. (em US\$ bilhões)

Cofins (período em que foi elevado de 0,5% p/2%)	US\$ 7,5 (*)
Adicional de 5% sobre tributos federais, por MP	US\$ 4 (**)
IPMF (0,25% sobre cada cheque emitido)	US\$ 6
Aumento da contribuição social sobre lucros dos bancos, de 23% p/30%	US\$ 2
Imposto sobre ativos: 1% sobre patrimônio líquido das empresas	US\$ 2
Retenção de 15% das transferências constitucionais para Estados e municípios, para criar a Reserva Social de Emergência (gastos c/assist social e saúde)	não estimado (*)
Redução de 15 para 10 dias do prazo para recolhimento de tributos federais	US\$ 0,25
Total	US\$ 21,75

(*) Estão depositados em juízo. (**) Os 5% são aplicados individualmente sobre cada imposto. Assim, uma alíquota que hoje vale 10% passará para 10,5%
Fonte: Assessoria do MF.



Os cortes na proposta orçamentária para 1994

- Redução de despesas no valor global de US\$ 22,1 bilhões.
- Os pagamentos de salários e encargos sociais do funcionalismo público cairão de US\$ 27,7 bilhões, quantia projetada na primeira proposta orçamentária, para US\$ 23,9 bilhões. Os salários dos servidores não terão aumento real no próximo ano.
- Os benefícios previdenciários também foram recalculados. Os técnicos consideraram que os gastos com as aposentadorias estavam superestimados em US\$ 5,6 bilhões.
- As despesas com a parcela dos juros reais (acima da inflação) da dívida interna foram reduzidas em US\$ 1,4 bilhão.
- O maior corte - US\$ 13,9 bilhões - incidirá sobre as chamadas despesas de custeio (manutenção da máquina administrativa) e investimentos públicos, que sofreram redução de US\$ 3 bilhões.
- Mudança na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), que define as regras do orçamento de 1994, para impedir que o governo emita títulos públicos para financiar suas despesas. Se a medida for aprovada, o governo fica proibido de contrair novas dívidas.
- Execução de ampla reforma administrativa, para extinguir e fundir vários ministérios e repassar, no prazo de dois anos, 26 órgãos do governo federal para os Estados e municípios.

Pacotes para a Copa do Mundo USA 94. Ligue já!

STELLA BARROS
851-0500

WorldCup
USA94

Authorized
Tour Operator

VARIG

AMERICAN
EXPRESS

Card
Welcome

"mas o mais interessante é o indexador. O governo está criando condições práticas para uma dolarização sem que haja hiperinflação".

O ex-ministro da Fazenda Mailson da Nobrega, depois de demonstrar ceticismo, por considerar remota a possibilidade de o Congresso aprovar o ajuste fiscal, mudou de opinião. Para ele, o fato de o STF ter declarado constitucional o Cofins tornou factível o conjunto de medidas proposto pela equipe econômica.

O deputado federal e ex-ministro Antonio Delfim Netto recorreu à ironia para manifestar seu pessimismo. "FHC já deixou claro o que vai fazer, dolarização pura e simples", afirmou. "Introduzir a Unidade de Referência é o dólar. No futuro, as garantias serão o dólar e as ações de empresas estatais, com o aval do Padre Eterno."

EX-MINISTROS OTIMISTAS, MAS DELFIM IRONIZA.

O ex-ministro da Fazenda Luiz Carlos Bresser Pereira considera o Plano FHC2 a melhor saída para combater a inflação, por levar em conta sua natureza inercial. A seu ver, o ajuste fiscal proposto é muito importante,